

Memórias *Em Aberto*

Orlando Pilati

Resumo

O artigo traça as memórias pessoais do autor sobre a criação, pelo Inep, do periódico monotemático *Em Aberto* na década de 1980. Descreve o contexto político vigente à época que leva à concepção do periódico como veículo que trouxesse aos servidores e assessores do Ministério da Educação as contribuições dos pensadores, professores e pesquisadores da educação, pertencentes às mais diversas correntes teóricas, metodológicas e mesmo ideológicas. Imaginava-se que a maioria dos funcionários, embora executores das ações e políticas educacionais de um governo não democrático, poderiam estudar, analisar e compreender, sob diversas óticas, as diretrizes, os critérios e princípios vigentes para não apenas executá-los com maior eficiência (quando pertinentes), mas também visualizar alternativas possíveis diante de um novo quadro que se esboçava para a educação brasileira.

Palavras-chave: *Em Aberto*; periódicos educacionais; Ministério da Educação; Brasil; qualificação de servidores; abertura política; década de 1980.

Abstract

Open Memories

The article traces the author's personal memories of the creation, by INEP, of the monothematic journal Em Aberto in the 1980s. It describes the political context prevailing at the time that leads to the conception of the journal as a vehicle for transmitting to civil servants and advisors at the Ministry of Education the contributions of thinkers, teachers and researchers in education, belonging to diverse theoretical, methodological and even ideological tendencies. It was considered that the majority of civil servants, despite being the executors of educational policies and actions of a non-democratic government, could study, analyze and understand from different perspectives the guidelines, criteria and principles prevailing at the time so as not only to implement them with greater efficiency (when considered relevant) but also to visualize possible alternatives in the face of a new scenario which was being outlined for Brazilian education.

Keywords: Em Aberto; education journals; Ministry of Education; Brazil; qualification of civil servants; political distension in 1980s.

40

Há um jargão de que, no Brasil, em todos os setores, costuma-se ter memória curta sobre a origem de fatos, acontecimentos, ações, instituições ou projetos em execução. Mesmo quando se pretende dar continuidade a uma determinada ação, busca-se dar uma roupagem nova com o objetivo de se lançar uma névoa sobre a história, evitando-se dar uma razão fundada para a mudança de rumos. Não creio que aconteça o mesmo com a revista *Em Aberto*, razão pela qual ainda sobreviva ao longo de trinta anos. Não acontece também com o próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ressurgido graças à mobilização acadêmica nacional, depois de sua quase extinção por uma atabalhoada canetada do presidente Collor, sob o pretexto de modernizar o Estado brasileiro, em 1990. Assim, embora altere a ênfase de suas missões ao longo do tempo, continua sendo depositário do conhecimento da educação brasileira nos últimos 70 anos, acervo que deve ser revisitado ininterruptamente quando se desejar ensaiar o aperfeiçoamento, avanço, melhoria ou mesmo uma revolução nas ideias, processos, projetos e ações.

Por razões como essas, sinto-me lisonjeado em traçar aqui minhas modestas memórias, que, inspiradas na linha de concepção da revista, ficam *em aberto* para serem complementadas, seja por acréscimos de outros atores desse longo período, seja por críticas e correções.

A proposta

No final de 1980, eu compunha a equipe da Coordenação de Avaliação e Controle (Codeac), do Departamento de Assuntos Universitários (atual Secretaria da

Educação Superior – SESu) do então Ministério da Educação e Cultura (MEC). Essa equipe, formada por alguns jovens professores requisitados de várias universidades federais, tinha a missão de realizar o levantamento de dados e informações sobre os cursos de graduação, como forma de subsidiar a avaliação dos cursos superiores e das instituições como um todo, bem como a formulação e avaliação das políticas em desenvolvimento. Para se ter uma ideia, essa equipe havia conseguido produzir um primeiro catálogo de cursos de graduação e de instituições de educação superior. Até essa época o Estado nacional não tinha um quadro exato de quantos, onde e desde quando funcionavam os cursos e instituições, principalmente após a chamada “explosão” ocorrida no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, embora existissem estatísticas gerais.

Foi quando a Maria Sílvia Ribeiro Todorov, colega do tempo de pós-graduação na Universidade de Brasília, então coordenadora de Apoio à Pesquisa, convidou-me para compor a equipe, como supervisor de Pesquisa.¹ O primeiro desafio proposto pelo novo diretor-geral, Hércio Ulhoa Saraiva,² era o de regularizar a atividade de apoio à pesquisa, um dos principais objetivos do Inep. Em face da redução orçamentária e da inflação que já se revelava naquela época, durante uns dois anos haviam se acumulado projetos de pesquisa apresentados por professores e pesquisadores das universidades e institutos de pesquisa educacional.

Um dos resultados das avaliações de centenas de projetos apresentados à Diretoria foi a concessão de apoio a 34 pesquisas ainda em 1981 e 90 em 1982. Essas avaliações foram realizadas com o apoio de comissões de especialistas convocados de universidades e institutos ou centros de pesquisas educacionais, e não mais exclusivamente com técnicos do próprio Inep, com o objetivo de se levar em conta na análise o estado da arte do conhecimento e da pesquisa sobre o fenômeno educacional.

Acontece que a tradicional função de fomento à pesquisa educacional do Inep vinha sofrendo sucessivas restrições e empecilhos, tais como:

- inflação em crescente aumento, que corroía os valores concedidos (em 1980 atingira o impressionante índice de 77,2%; em 1981, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu –1,6%, índice pela primeira vez documentado oficialmente);
- dificuldades de prestação de contas pelos pesquisadores, que nem sempre contavam com o apoio administrativo das respectivas instituições, o que ocasionava inadimplemento e impedimento de novos apoios;
- consolidação de muitos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) nas universidades, em parte resultantes dos antigos centros regionais do Inep;
- a consolidação de órgãos de fomento da pesquisa em todas as áreas, inclusive educação, tais como o CNPq, Finep e a Capes.

¹ Minha colaboração, nessa primeira passagem pelo Inep, deu-se entre março de 1981 e junho de 1983.

² Hércio Ulhoa Saraiva (1941-1998), formado em Sociologia e Política e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1963, ocupou a Diretoria-Geral do Inep de 13 de janeiro de 1981 a 13 de abril 1983. Antes, fora o segundo reitor da Universidade Federal do Piauí (1971-1974) e, depois, secretário executivo da Vitae Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, entre outros cargos.

Em contrapartida, o movimento de abertura política apresentava novos desafios que exigiam o aporte de conhecimento científico e técnico. Ou seja, o próprio Ministério da Educação, para enfrentar questões fundamentais e desafios postos pela própria sociedade, não podia mais pautar-se apenas nas proposições dos dirigentes designados.

Também no Inep havia a percepção clara de que essas demandas surgidas em consequência do clamor pela abertura política e de reestruturação de todas as instituições nacionais poderiam ser em grande parte supridas por ele, em razão de sua própria história desde o saudoso Anísio Teixeira. Surgia a idéia de que não poderia mais ser um órgão de fomento à pesquisa educacional de um modo geral.

A alternativa poderia ser, então, a utilização de seus recursos para estimular a comunidade acadêmica a pensar, discutir, analisar e traçar o estado da arte no que dizia respeito às grandes questões educacionais levantadas tanto pelo Ministério como pela sociedade.

Uma vez que assim viesse a proceder, o Inep deveria construir canais para que esse conhecimento revertesse em benefício, em primeiro lugar, dos próprios funcionários do Ministério que atuavam em todas as unidades, tanto em sua sede como nas delegacias distribuídas em todos os Estados.

Foi assim que surgiu a proposta de se criar um veículo por meio do qual o Inep pudesse levar essas contribuições aos servidores e, ao mesmo tempo, trouxesse os pensadores, professores e pesquisadores da educação, pertencentes às mais diversas correntes teóricas, metodológicas e mesmo ideológicas para interação direta com sua máquina administrativa. Imaginava-se que se poderia contribuir para que os funcionários, ou parte deles, sem deixarem de ser executores das ações e políticas educacionais, pudessem também estudar e compreender as diretrizes, critérios e princípios vigentes para não apenas executá-los com maior eficiência (quando pertinentes), mas também visualizarem alternativas possíveis diante de um novo quadro.

Pode ser que hoje isto não faça sentido. Mas para entender a construção dessa proposta, é necessário que nos lembremos do contexto político e social vigente à época, propícios à ebulição de idéias educacionais e políticas.

O contexto

No biênio de 1978 e 1979 se consolidara o chamado processo de abertura política que vinha sendo conduzido pelo general Geisel, entre marchas e contramarchas, avanços e recuos. Em 1978, por exemplo, o Ministério da Educação publicou as diretrizes básicas para o ensino de Moral e Cívica nos cursos de 1º e 2º graus e de Estudos de Problemas Brasileiros nos cursos superiores, que já eram disciplinas obrigatórias desde os anos de 1960. Em contrapartida, na esfera política, ainda em 1978, a Justiça declarava a União responsável pela prisão, tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog no DOI-Codi³ (em São Paulo) e também foi revogado

³ Sigla de Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, um órgão repressor criado pelo regime militar brasileiro (1964-1985) para prender e torturar aqueles que fossem contrários ao regime.

o Ato Institucional número 5, o AI-5, decretado pelo presidente Costa e Silva, juntamente com o seu ministro da Justiça Luiz Antônio da Gama e Silva, dez anos antes.

Em 1979, assumiu o último presidente militar da República brasileira, o general João Baptista Figueiredo, tendo como vice o civil Antônio *Aureliano Chaves* de Mendonça (1979-1985). Considera-se como fato político mais relevante desse governo a sanção da Lei de Anistia,⁴ que desencadeou a reforma política, dando fim ao bipartidarismo.⁵ Estudantes, professores e cientistas afastados das instituições de ensino e pesquisa nos anos anteriores constituíam um dos segmentos beneficiados, entre os quase cinco mil destituídos dos cargos, presos, cassados e exilados. Muitos professores e pesquisadores puderam, aos poucos, retomar as suas atividades no Brasil.

A título de comparação, lembro que eu passara todo o segundo semestre de 1979 no Chile, fazendo um curso num organismo ligado à OIT, realizado na sede da Cepal. Por ocasião da anistia decretada em agosto no Brasil, questionado a respeito do processo de abertura brasileira iniciado pelo general Geisel e confirmado por Figueiredo, o general Pinochet fez questão de estampar em letras garrafais nos jornais chilenos o recado curto e grosso: “No hay apertura!” Aqui, depois de eleito indiretamente pelo Congresso, perguntado sobre as eventuais resistências à abertura política, Figueiredo respondera com uma de suas famosas frases no estilo castrense: “É para abrir mesmo! Quem não quiser que não abra, eu prendo e arrebento!” É verdade que esta convicção era amainada pelos resquícios autoritários e gosto pela equitação, porque, algum tempo depois, quando a pressão popular e política por maior democratização se evidenciou, também disse com franqueza: “Prefiro cheiro de cavalo a cheiro de povo.” Ou seja, deixava dúvidas quanto ao seu (e ao da ala a que pertencia) real interesse em promover a efetiva democratização.

O presidente Figueiredo, surpreendentemente, nomeou como ministro da Educação e Cultura Eduardo Mattos Portella (1979-1980),⁶ crítico literário e professor de Cultura Brasileira e de Teoria Literária na Universidade Federal do Rio de Janeiro desde os anos 60. Portella se definiu como o “Ministro da Abertura” ou, às vezes, “da Transição”. Destaco a sua formação e experiência acadêmica (filosofia, literatura, crítica literária) por ser bastante diferenciada no quadro político da época. Lembro que, pouco antes de ser exonerado, cansado por não conseguir dos ministros da área econômica (Karl Heinz Rischbieter primeiro e, depois, Ernane Galvêas) os recursos

⁴ Lei nº 6.683, de 28 de agosto 1979 – proposta pelo governo e aprovada pelo Congresso Nacional –, que anistiou todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1.

⁵ A extinção do bipartidarismo em 1979 (Arena e PMDB) abriu caminho para o surgimento, em 1980, do pluripartidarismo: Partido Democrático Social (PDS, governista), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular (PP) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ainda em 1980, o Congresso aprovou a eleição direta para governadores e extinguiu a figura do senador “biônico” (eleito indiretamente). Nas eleições de novembro de 1982, a oposição conquistou a maioria na Câmara dos Deputados e elegeu 10 governadores (9 do PMDB e 1 do PDT).

⁶ Eduardo Mattos Portella nasceu em Salvador, BA, em 8 de outubro de 1932. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife e doutor em Letras, além de ministro da Educação e Cultura, foi assistente do gabinete da Casa Civil durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras (a partir de 1981), secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (1987-1988), diretor-geral adjunto da Unesco em Paris (1988-1993), presidente da Fundação Biblioteca Nacional e fundador e editor da revista e editora Tempo Brasileiro.

necessários para os salários dos professores universitários que se mobilizavam numa inédita longa greve universitária, foi ao Congresso fazer um apelo nesse sentido. Nesse momento, ao responder um questionamento, pronunciou uma frase que ecoou positivamente nos corredores do Ministério e na comunidade acadêmica: “*Eu estou ministro, eu não sou ministro*”, sinalizando com isso que não tinha apego ao cargo e que o seu lugar permanente era na academia.

Em consequência, em 27 de novembro 1980 foi demitido, ou demitiu-se, sendo substituído pelo general Rubem Carlos Ludwig⁷ (de 27 de novembro de 1980 a 24 de agosto de 1982), antigo assessor de imprensa no governo do general Ernesto Geisel. Inicialmente, houve grande receio de novo retrocesso, em direção contrária às expectativas lançadas pelo intelectual e professor Portella. De formação liberal, Ludwig não se alinhava aos militares mais radicais contrários à abertura política, e caracterizou-se pelo maior diálogo com estudantes e professores, que suspenderam a maioria das greves.

Um exemplo desta apreensão quanto ao que poderia decorrer de um general no Ministério da Educação pode ser visto na manifestação do *Jornal da Educação*, veículo ligado aos interesses dos professores, à época:

Resta saber, finalmente, se o diálogo a que se propõe o general Rubem Ludwig – e que foi objeto de tantas críticas na gestão Portella, que se definia como um Ministro da “abertura” e não do “fechamento” – será integralmente posto em prática em todos os níveis de ensino, desde a pré-escola até as universidades. (O que esperar..., 1981, p. 3).

44

O jornal ainda registrava que, pouco mais de um mês após sua posse, Ludwig anunciava na 32^a Reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), em Santa Maria (RS), em 21 de janeiro 1981, o compromisso na conquista de mais verbas para a educação, na expectativa de que as instituições se comprometessem a destiná-las à sua automelhoria e consolidação, sugerindo aos reitores que meditassem “por que a reforma universitária ainda não chegou à sala de aula”.

Outro fato curioso foi a designação da primeira mulher ministra em sucessão ao general, a professora de direito Esther de Figueiredo Ferraz (de 24 de agosto de 1982 a 15 de março de 1985). A professora Esther, que tinha um perfil mais conservador do que o liberal Portella, herdou o núcleo do *staff* do general Ludwig e deu continuidade a parte das ações iniciadas por ele, inclusive no Inep (apesar de ter sido mudada a sua Direção-Geral).

O *Em Aberto*

Pode parecer um pouco longa esta minha digressão sobre o contexto institucional e político do início da década de 1980. Com essa descrição histórica pretendi reaquecer ou vislumbrar o frenético ambiente nesse período, inclusive no

⁷ O general Rubem Carlos Ludwig (1926-1989), ao sair do Ministério da Educação e Cultura, chefiou o Gabinete Militar da Presidência da República (de 24 de agosto de 1982 a 15 de março de 1985), onde continuou colaborando com o processo de abertura política até o início da Nova República, com a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Congresso Nacional.

então Ministério da Educação e Cultura e no próprio Inep. Quando se expunha o esboço inicial do veículo de comunicação e dos eventos a ele ligados que se pretendia programar, a primeira reação de muitos técnicos, professores e especialistas era a de que não conseguiríamos trazer para dentro do Ministério a palavra e as idéias dos pesquisadores e professores, em especial daqueles mais críticos à educação como um todo e ao regime militar em particular.

Mas os tempos sinalizavam para a continuidade do processo de abertura política, como vimos no item anterior. Muitos professores e intelectuais, nos eventos e discussões que ocorriam nas capitais e interiores dos Estados durante toda a primeira metade da década de 1980, falavam sobre a necessidade de se aproveitarem as “brechas”, ou seja, espaços políticos que vinham se consolidando, permitindo a análise e proposição de alternativas.

Por isso, decidiu-se tocar a idéia em frente, principalmente após o sinal verde do ministro Ludwig. Em 1981, faziam parte do grupo de discussões sobre a criação de veículo e de mecanismos visando o envolvimento dos servidores do Ministério nas principais questões educacionais em discussão: o diretor-geral Hélcio Ulhoa Saraiva, Maria Sílvia Ribeiro Todorov, Luis Gonzaga da Silva Filho (da Diretoria de Planejamento e Administração) e Silvia Maria Galliac (da editoração), Francisco Salatiel de Alencar Barbosa e outros servidores do Inep dos quais não me lembro o nome ou não tenho certeza de sua participação. O saudoso Sérgio Costa Ribeiro⁸ viria a ocupar o cargo de diretor de Pesquisa um pouco mais tarde, mas se tornou um dos adeptos da ideia.

É importante ressaltar que, desde o início, não se pretendia substituir ou acabar com a tradicional e prestigiada Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Fundada em 1944, essa tradicional revista pode ser chamada “mãe” de quase todas as revistas especializadas em educação no País, apesar das dificuldades de ordem financeira e de infra-estrutura que vinha enfrentando. Tinha como principal escopo “expor e discutir questões gerais da pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira”. Tinha caráter essencialmente acadêmico, embora registrasse não apenas estudos e análise dos fatos educacionais, mas trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério e das Secretarias Estaduais de Educação.

Após as discussões iniciais, em meados de 1981, definiu-se que seria criada uma publicação mensal, monotemática, voltada para o público interno do Ministério e de seus órgãos. Deveria ser distribuída a cada funcionário do Ministério da Educação e de suas representações nos Estados, com o objetivo de estimular e promover a discussão de questões atuais e relevantes da educação brasileira, trazendo sempre opiniões divergentes ou confrontos de pontos de vista. O primeiro artigo, ou artigo de fundo (enfoque), deveria ficar a cargo de um professor ou pesquisador especializado no tema, exporia o estado da arte da questão, tendências e possíveis encaminhamentos para a solução. Em sequência, pelo menos dois articulistas com orientações teóricas (ou mesmo ideológicas) diferentes ou mesmo contrárias exporiam seus

⁸ Sérgio Christiano de Leers Costa Ribeiro (1937-1995) foi diretor de Estudos e Pesquisas do Inep em 1982 e 1983.

pontos de vista sobre o tema. Por fim, o mesmo número da revista, complementando o assunto, publicaria resenhas críticas e bibliografia específica. É fundamental esclarecer que, em seu início, uma vez escolhido o tema do número, tentou-se contar com a participação de um especialista em regime *ad hoc*, embora sempre com o apoio da equipe técnica do Inep (editoração e pesquisa). Posteriormente, dada a dificuldade e demora de fechamento das matérias, a execução passou a ser responsabilidade direta do Inep, voltando agora a ser entregue a edição de cada número a especialistas em regime *ad hoc*.

Uma vez definidos os objetivos e formato básico, concentramo-nos no processo da escolha do nome da revista. Os participantes das discussões trouxeram várias sugestões práticas. Escolheu-se uma lista básica final. Se não me falha a memória, quem trouxera a sugestão do nome *Em Aberto* para a lista de sugestões foi o Luis Gonzaga da Silva Filho. As discussões e testes finais feitos pela equipe levaram à conclusão de que este nome era o que melhor traduzia os objetivos e a forma de tratamento dos temas. Não significava indecisão, mas introdução ao tratamento objetivo de um tema, colocando-se diferentes formas de análise. Com isso buscava-se fugir à simples posição autoritária, própria de um período ditatorial, mas ao mesmo tempo sugeria a possibilidade de diferentes pontos de visão que nem sempre coincidiam com a dogmática visão esquerdista de alguns segmentos acadêmicos. Em suma, seria um exercício concreto da democracia que se esboçava, enquanto se definia um novo papel para o Inep, ou seja, um organismo do Estado que faria a ponte com a comunidade acadêmica, trazendo conhecimento e informação científica para os quadros decisórios do Ministério.

46

No passo seguinte discutiu-se o formato físico e *design* gráfico, que deveriam atender ao conceito já definido da revista. Decidiu-se que seria composta por folhas soltas envolvidas por uma capa dobrada sobre elas. Cada seção seria impressa em folhas de cores diferentes (artigo de fundo, pontos de vista, bibliografia). A própria capa, por sua vez, poderia funcionar como um pôster a ser colocado pelos servidores em suas mesas ou paredes, já que anunciava o tema e convocava para seminários e debates. As folhas poderiam ser guardadas no invólucro das capas ou em arquivos. À medida que artigos, bibliografias e resenhas complementares fossem publicados sobre o tema, esses acervos poderiam ser ampliados pelo próprio servidor. Além disso, como os servidores trabalhavam em diferentes órgãos e setores, os seus interesses poderiam variar de assuntos como analfabetismo, educação fundamental e média, acesso à educação superior, financiamento da educação, municipalização etc. É preciso lembrar que, embora já existissem computadores (principalmente em CPDs – centros de processamento de dados), a informática demoraria ainda mais de uma década para ser incorporada ao dia a dia da administração pública e das instituições de educação superior. Os conjuntos de folhas poderiam ser reproduzidos ou repassados a quem tivesse interesse no assunto. Portanto, o formato inovador previsto visava dar maleabilidade e mobilidade aos produtos da revista, de modo a atender aos interesses de cada segmento ou indivíduo. De imediato, obrigou-se a um aumento da tiragem para atender bibliotecas de instituições de educação superior, professores, estudantes de graduação e de pós-graduação, profissionais e especialistas de diversos níveis e áreas. Apesar de algumas pequenas alterações ao longo do

tempo, a estrutura básica (enfoque, pontos de vista e bibliografia temática) se manteve. Posteriormente, a revista *Em Aberto* passou a ser editada em forma de brochura, em face das dificuldades técnicas de se manterem soltas as páginas dentro de uma capa envolvente, inviabilizando-se o formato do *design* inovador inicialmente adotado. Assim, hoje, além do formato físico de brochura, também é publicada em formato eletrônico, acessível a qualquer interessado.

Paralelamente, deveriam ser promovidas palestras e debates na sede do Ministério da Educação, tendo, necessariamente, a participação dos articulistas de cada edição, conforme o anúncio na capa removível do número 3, publicado em fevereiro de 1982:

FORUM DE DEBATES - "EM ABERTO"

A Secretaria Geral e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) promoverão mensalmente um **Forum de debates — "EM ABERTO"**.

O "Fórum" quer ser um prolongamento vivo e autêntico do boletim "EM ABERTO", que será, então, distribuído uma semana antes da data fixada, na programação do "Forum", para a apresentação da conferência sobre o tema geral, **leit-motiv** da publicação.

A participação dos técnicos, com suas presenças ou eventuais contribuições aos debates do "Forum", é a razão mesma de ser da promoção que visa a estimular o diálogo e a comunicação de modo o mais livre e espontâneo possível.

OBJETIVOS:

- 1) Promover o debate e a reflexão crítica sobre questões emergentes e do mais amplo interesse para a Educação, a Cultura e o Desporto.
- 2) Privilegiar as discussões e a abordagem de assuntos pouco tranquilos que mereçam aprofundamento.
- 3) Estimular a comunicação e o diálogo entre os técnicos do MEC, provocando a manifestação da criatividade e originalidade das visões pessoais.

O **Forum de debates — "EM ABERTO"** insere-se assim no esforço geral do MEC em oferecer aos seus técnicos um espaço onde se estimule e se alimente o são pluralismo das percepções da realidade nacional.

O primeiro "Forum" terá lugar no **AUDITÓRIO DO MEC** (sede), no próximo dia 30 de março, das 15h às 18h, com a conferência do Prof. Sérgio Costa Ribeiro, Diretor de Estudos e Pesquisas do INEP, sobre o tema **"Exame Vestibular"**.

Pretendia-se que o fórum ocorresse mensalmente, ou pelo menos a cada edição. Não tenho registro de até quando foram realizados estes eventos, mas é possível que tenham ocorrido ao longo da edição de todo o volume 1.

A temática *Em Aberto*

Mas como foram definidos os primeiros temas para serem tratados no *Em Aberto*? O ministro determinava? O diretor-geral definia? Na verdade, as áreas de pesquisa e de editoração identificavam problemas que vinham sendo postos pelas reivindicações da sociedade, pelo Congresso Nacional e pelos pesquisadores

por meio dos projetos concluídos ou apresentados ao Inep.

Tomemos como exemplo o tema do primeiro número: “o ensino profissionalizante em questão”. Infelizmente, não tenho em mãos o exemplar desse primeiro número publicado em novembro de 1981 (e parece que nem o Inep conseguiu encontrar nenhum). Entretanto era um assunto candente à época. Discutia-se a alteração da Lei nº 5.692/71. A professora Maria Umbelina Caiafa Salgado, da Universidade Federal de Minas Gerais (que veio depois compor a equipe do Inep naquela época, participando de vários projetos), foi encarregada de apresentar o artigo de fundo, que intitulou “Formação integral: preparar para um emprego ou preparar para o trabalho?”. Uma das críticas que se fazia à época era que a Lei 5.692/71 acabara priorizando, na sua execução, a relação entre educação e emprego, deixando de lado a formação mais geral, característica de uma educação que deveria preparar para o trabalho. Não atingira os objetivos que definira para o ensino de 1º e 2º graus como sendo a “auto-realização, qualificação para o trabalho e exercício consciente da cidadania” (art. 1º). Predominara o interesse em formar mão de obra especializada voltada para o emprego, que correspondia às necessidades da fase de expansão do mercado interno e do crescimento industrial do “Brasil grande”. Mas quando o “milagre econômico”, caracterizado pela concentração de renda e endividamento externo, começou a fazer água,⁹ novos questionamentos começaram a surgir no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Buscava-se analisar em que termos, nos anos recentes, se dera a incorporação da profissionalização na educação do nível médio. Questionava-se a profissionalização em face do processo educacional como um todo e das exigências do desenvolvimento industrial, agrícola e de serviços. Além de ter editado em novembro de 1981 o número 1 sobre o tema, pelo fato de vir acompanhando as discussões no Congresso e no meio educacional, o Inep mobilizou uma equipe de professores e levou uma extensa análise sobre a questão à XVIII Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação, no início de 1982.¹⁰ A conclusão foi que, no âmbito da vigência da Lei nº 5.692/71, a

função formativa tem levado à socialização diferenciada, conforme a posição que o aluno deverá ocupar mais tarde nas hierarquias ocupacionais. Por outro lado, as funções profissionalizante e propedêutica têm discriminado, respectivamente, aqueles que se profissionalizam no 2º grau, dos que podem fazê-lo no curso superior. Assim, têm funcionado como elemento de legitimação, tanto de hierarquias salariais como de níveis de prestígio social. (Cury et al., 1982, p. 82).

Se bem me recordo, tanto o teor dos debates promovidos pelo *Em Aberto* como o citado trabalho apresentado pelo Inep tendiam para a ideia da formação integral que abrangeria necessariamente alguma forma de preparação para o trabalho, desde que se permitisse aos Estados e instituições definir como isto se daria, desde que não se recaísse no sistema dual (profissional *versus* propedêutico).

⁹ O general presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), num arroubo de franqueza por ocasião de uma visita ao Nordeste em 1972, já admitira que “A economia vai bem, mas o povo vai mal.”

¹⁰ Trabalho elaborado por: Carlos Roberto Jamil Cury, Maria Ignez Saad Bedran Tambini, Maria Umbelina Caiafa Salgado e Sandra Azzi.

Qual foi a consequência? Tenho certeza de que estes subsídios contribuíram, mas não sei em que nível, por estar envolvido em outras tarefas. Lembro-me apenas que houve uma certa frustração com o texto aprovado e sancionado na Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982 (revogada pela LDB, Lei nº 9.394/96, elaborada após a Constituição de 1988), que alterou vários artigos da Lei nº 5.692/71, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, implicando algumas mudanças na proposta curricular, dispensando as escolas da obrigatoriedade da profissionalização e voltando a ênfase à formação geral. De qualquer forma, este é um excelente exemplo de como funcionou a idéia do *Em Aberto* já no seu primeiro número.

Foi emocionante acompanhar como os temas subsequentes foram sendo definidos e discutidos, constituindo, a meu ver, uma excelente pauta até hoje:¹¹ o processo seletivo para a educação superior; a educação pré-escolar; desporto escolar; evasão e repetência no ensino de 1º grau; tecnologia educacional; formação de professores; educação rural (após um belíssimo encontro nacional realizado em Ijuí, no interior do Rio Grande do Sul); universidade, governo e cultura; aprendizagem da língua materna; educação especial; financiamento e custos da educação – para ficar somente nos primeiros.

Quanto ao tema “financiamento e custos da educação”, cabe uma observação. Considero relevante registrar que o Inep, em articulação com o órgão de educação superior do Ministério, ainda antes da edição do *Em Aberto* número 14, convidou vários especialistas nesse tema para uma série de discussões a respeito da adoção do ensino pago nas universidades federais. Entre os principais colaboradores estavam os professores Ronald Braga e Alberto de Mello e Souza.¹² Não tenho lembrança se participaram diretamente das diversas discussões os professores José Carlos de Araújo Melchior, George Psacharopoulos e José Carlos Pereira.¹³ Evidentemente havia posições favoráveis à adoção da medida, mas a maioria era contrária, por razões ideológicas, econômicas e orçamentárias. O resultado dessas demonstrações apresentadas nas discussões foi que o ministro Rubem Ludwig não deu sequência à proposta de alguns segmentos militares e civis, afastando-se definitivamente a idéia de implantação do ensino pago nas universidades federais.

Por fim, não se pode deixar de mencionar o importante papel desempenhado pelo *Em Aberto* durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988, convocada pela Emenda Constitucional nº 26, de 1985. Os temas que vinham sendo abordados alimentavam não só as discussões, mas a análise das proposições (educação e tecnologia; educação não formal, educação e trabalho; educação indígena; natureza da educação; história da educação brasileira; perspectivas da educação brasileira; educação e política; descentralização e municipalização do ensino). Da mesma forma, o *Em Aberto* repercutiu os resultados da Constituinte, antecipando-se nos temas a serem tratados pela nova Lei de Dire-

¹¹ Cf. *Em Aberto*: índice: 1981-2001.

¹² A resenha do livro de Alberto de Mello e Souza, *Financiamento da educação e acesso à escola no Brasil*, publicada no número 14, está listada nas referências bibliográficas com [link](#) para o sítio da revista *Em Aberto*.

¹³ Os artigos publicados por esses autores no número 14 estão listados nas referências bibliográficas com [link](#) para o sítio da revista *Em Aberto*.

trizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as consequências dos novos paradigmas da educação conforme a nova Constituição.

Futuro *Em Aberto*

Alexis de Tocqueville (2011), em seu livro *Lembranças de 1848*, acredita que o futuro é “juiz esclarecido e íntegro, mas que infelizmente chega sempre tarde demais”. Nem sempre. Todos os que participamos da concepção inicial e colaboramos com ou acompanhamos suas primeiras edições, nem de longe imaginávamos que o *Em Aberto* pudesse vir a completar 30 anos. O reconhecimento de seu valor se deu na prática, no enfrentamento das dificuldades constantes para a realização das suas edições por sucessivas equipes de técnicos do Inep, professores e pesquisadores. Perdeu o seu enfoque inicial de ser um veículo voltado para os servidores do Ministério da Educação, mas ganhou a imediata aceitação junto à comunidade acadêmica.

Com a ousadia que a experiência me permite, entendo que o *Em Aberto* deve continuar e ampliar sua presença nas instituições de educação superior. Assim, proponho que as bibliotecas dessas instituições recebam gratuitamente exemplares das suas edições impressas (faculdades: 1 a 2 exemplares; centros universitários: 2 a 3 exemplares; universidades: 3 a 4 exemplares). Não creio que baste a versão eletrônica, sendo ainda necessária a versão impressa.

Por sua vez, proponho que o Inep retome a distribuição, pelo menos em meio eletrônico, aos servidores dos diversos órgãos do Ministério da Educação e dos órgãos a ele vinculados (Inep, Capes, CNE, etc.). Ao divulgar e alertar a esses servidores sobre a temática, o Inep deveria promover novamente apresentações e debates sobre ela, mobilizando os setores envolvidos, pois não basta ter o material disponível num banco eletrônico. Seria também uma forma de manter e reavivar os canais do Ministério com importantes membros da comunidade acadêmica.

50

Referências bibliográficas

BRAGA, Ronald. Apontamentos em torno da polêmica ensino pago *versus* ensino gratuito. *Em Aberto*, v. 2, n. 14, p. 14-18, abr. 1983. Seção: Pontos de vista. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2306/1570>>.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto 1979, proposta pelo governo e aprovada pelo Congresso Nacional, anistiou todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. *A profissionalização do ensino na Lei nº 5.692/71*. Trabalho elaborado por Carlos Roberto Jamil Cury, Maria Ignez Saad Bedran Tambini, Maria Umbelina Caiafa Salgado e Sandra Azzi, apresentado pelo Inep à XVIII Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação. Brasília, 1982. 76 p.

EM ABERTO, v. 1, n. 1, nov. 1981. O ensino profissionalizante em questão. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/125>>.

EM ABERTO, v. 1, n. 3, fev. 1982. Vestibular. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/128>>.

EM ABERTO: índice: 1981-2001. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=2705>>.

JORNAL da Educação, Campinas, n. 2, jan. 1981. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/Edicoes_antteriores/jornal_2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2011.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. O financiamento da educação no Brasil: algumas questões atuais. *Em Aberto*, v. 2, n. 14, p. 1-11, abr. 1983. Seção: Enfoque. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2305/1569>>.

O QUE ESPERAR de um general na Educação? *Jornal da Educação*, Campinas, n. 2, p. 3, jan. 1981. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/Edicoes_antteriores/jornal_2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2011.

PEREIRA, José Carlos. Aspectos econômicos e extra-econômicos da educação. *Em Aberto*, v. 2, n. 14, p. 27-28, abr. 1983. Seção: Pontos de vista. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2308/1572>>.

PSACHAROPOULOS, George. Educação como investimento. *Em Aberto*, v. 2, n. 14, p. 19-25, abr. 1983. Seção: Pontos de vista. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2307/1571>>.

SOUZA, Alberto de Mello e. *Financiamento da educação e acesso à escola no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1979. *Em Aberto*, v. 2, n. 14, p. 33-37, abr. 1983. Seção: Resenhas. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2310/1574>>.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Orlando Pilati, professor aposentado da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuou como pró-reitor de graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e assessor da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

o-pilati@uol.com.br